

OS EXAMES DE ADMISSÃO PARA PROFESSORES LEIGOS DA ESCOLA PRIMÁRIA EM CUIABÁ - (1968).

Mariana Gomes de Oliveira¹
Laura Isabel Marques V. de Almeida²

RESUMO

O presente estudo é parte inicial da Pesquisa em desenvolvimento do Programa de Pós Graduação de Mestrado em Ensino da Universidade de Cuiabá/UNIC. O projeto intitulado “A avaliação de Matemática na perspectiva histórica – (1890-1960)” vinculado ao Grupo GHEMAT, tem como objeto de estudo analisar o processo avaliativo da disciplina de Matemática na perspectiva histórico-cultural. Nosso intento é compreender a historicidade da disciplina de Matemática no que se refere aos instrumentos de avaliação do período delimitado, neste trabalho, especificamente analisar os exames especiais de admissão para professores leigos para o exercício do magistério na escola primária do município de Cuiabá.

Palavras-chave: Avaliação; Ensino de Matemática; Escola Primária.

INTRODUÇÃO

O presente estudo é parte inicial da Pesquisa em desenvolvimento do Programa de Pós Graduação de Mestrado em Ensino da Universidade de Cuiabá e vincula-se ao Grupo GHEMAT³. A pesquisa insere-se no campo de estudo da História da Educação Matemática e tem como objetivo compreender as práticas avaliativas da escola primária, e como objeto de estudo as provas e os exames admissionais de tempos históricos diferentes, em especial os exames aplicados aos professores leigos para o exercício do magistério, que ao longo do período de escolarização se desenvolveram no âmbito da história da Educação Matemática, em particular, da “História da avaliação na disciplina de Matemática”.

¹ Mestranda do Curso de Pós Graduação do Mestrado em Ensino da Universidade de Cuiabá.
E-mail: marianagoliveira12@gmail.com

² Doutora em Educação e Docente do Programa de Pós Graduação do Mestrado em Ensino da Universidade de Cuiabá.
E-mail: lauraisabelvasc@hotmail.com

³ Grupo de Pesquisa de História da Educação Matemática (GHEMAT), coordenado pelo Professor Wagner Rodrigues Valente da Universidade Federal de São Paulo- UNIFESP.

Nosso intento é compreender a historicidade da disciplina Matemática, especialmente no que se refere aos instrumentos de avaliação do período delimitado, as provas oficiais e exames admissionais realizados tanto pelos alunos que almejavam vagas no ensino ginásial, como também, os exames de admissão para os professores leigos.

Outro aspecto relevante será compreender como ocorreram os processos e dinâmicas dessas práticas avaliativas, analisando a cultura escolar da época, a história da educação que levaram professores e, em específico, o professor de matemática, a ser avaliado e, por conseguinte, avaliar seus próprios alunos. Conhecer os rituais realizados pelos atores do período histórico (professores e alunos) para a semana de provas pode revelar as práticas pedagógicas dos professores dos tempos de outrora.

AValiação NA ESCOLA PRIMÁRIA

Na escola primária a avaliação da aprendizagem é parte inerente do processo educativo e muitos estudiosos têm escrito sobre os problemas que os professores enfrentam ao avaliar o aluno. O que *fazer* e o como *fazer*, são questões a serem resolvidas por quem desenvolve esse trabalho.

Avaliamos e somos avaliados continuamente, além do mais, a avaliação nunca é um todo acabado, autossuficiente, mas uma das múltiplas possibilidades para explicar um fenômeno, analisar suas causas, estabelecer prováveis consequências e sugerir elementos para uma discussão posterior, acompanhada pela tomada de decisões, que consideram as condições que geraram os fenômenos analisados criticamente (Almeida, 2006).

Sabemos que a avaliação é um instrumento de aprendizagem precioso na prática educacional que possibilita acompanhar se o aprendizado do aluno está se processando como o esperado e caso não esteja, determina que precisa ser efetuada a mudança para aperfeiçoar o processo de ensino e aprendizagem.

Partimos do cotidiano de uma instituição escolar, pressupondo que a escola é considerada como um espaço essencialmente necessário para a formação do cidadão. É com a compreensão do significado social desse espaço na construção do homem atual, que podemos nos referir as concepções coerentes com o momento histórico ou considerá-las ultrapassada.

Consideramos relevante neste artigo, à avaliação e como suas concepções derivam das de educação em geral. O tema de que nos ocupamos neste momento é compreender o processo avaliativo e os instrumentos de avaliação adotados no período delimitado, em especial, os exames de admissão que eram utilizados tanto para avaliar professores leigos no que tange o ingresso na carreira docente, como também, para os alunos ingressarem no ensino ginásial.

Passam-se anos na escola e muito pouco é aprendido. Isto é explicável, se observarmos o que é feito nestes (destes) anos: as escolas visam primordialmente ao aprendizado de técnicas e não dão importância à compreensão dos conceitos matemáticos; relegam a segundo plano o uso social do conhecimento matemático, e por outro lado, sempre reforçando a predominância de práticas avaliativas classificatórias, seletivas e excludentes, pelo fato de enfatizarem o uso de provas que solicitam mais a reprodução do que a construção do conhecimento, e por terem o objetivo primordial de aprovar ou reprovar (ALMEIDA, 2006, p.12).

No entanto, o que temos presenciado ao longo dos anos, nas unidades escolares é que culturalmente, as práticas avaliativas têm reforçado por meio da aplicação de provas e testes com a finalidade de classificar e muitas vezes excluir os avaliados. O processo de ensino e aprendizagem tem sido analisado pelo seu produto e não pelo seu processo.

Almeida (2006) nos seus estudos destaca que nos dias atuais, ensinam-se técnicas para fazer contas, utilizando como recursos a resolução de uma enormidade delas, com o objetivo de fixar a regra e o acerto de cálculos. Este tipo de atividade conseqüentemente reflete diretamente no processo de avaliação que é praticado usualmente nas escolas pelos professores, assumindo-se que um cálculo só pode estar certo ou errado. Mais do que isso: a quantidade de “acertos” e “erros” é considerado uma medida objetiva do conhecimento do aluno (ALMEIDA, 2006, p.13).

Desta forma a avaliação focada no produto é parcial visto que não consegue dar conta do movimento de apropriação do conhecimento, de compreender o que o aluno consegue realizar sozinho ou com a ajuda do outro. As contribuições deste modelo avaliativo para as ações educativas ficam limitadas, porque não lançam parâmetros para pensar os conceitos que o aluno ainda não se apropriou.

Entretanto, vale ressaltar que as atividades de ensino e de aprendizagem não são indissociáveis, porém, em cada uma, há a marca dos sujeitos em seus processos. Na atividade de ensino, destaca-se a importância do professor na organização do ensino e na atividade de aprendizagem, é evidenciado o aluno como sujeito das suas ações no processo de apropriação dos conhecimentos teóricos – conteúdo da atividade de ensino e de aprendizagem.

Partindo desses princípios, destacamos a concepção tradicional de ensino, pautada nos pressupostos epistemológicos que consideram o conhecimento como algo pronto e acabado. Nessa concepção o processo avaliativo acompanha o modelo fechado de ensino e de aprendizagem, como um sistema de medidas, efetuada de maneira objetiva, terminal, através dos testes e provas que são elaboradas em determinado período histórico, com a função de selecionar e classificar professores, e estes por sua vez, classificar os alunos.

Mostrar a importância da avaliação para o processo de construção da aprendizagem e da matemática, não apenas como ciência voltada para si mesma, mas como instrumento para compreensão e possível modificação desta realidade é que nos levou a canalizar estas questões, transformando-as hoje em nosso objeto de pesquisa.

O interesse pela temática surge com a oportunidade do ingresso no Mestrado em Ensino e com a possibilidade de reelaborar o projeto inicial, tivemos a necessidade de reportar-nos a trajetória profissional, como professora do Ensino Superior, que ao longo dos anos temos evidenciado que a avaliação nos dias atuais, não tem sido útil para assegurar efetivamente a aprendizagem dos alunos.

O referido tema possibilitou-nos a reflexão e talvez aí esteja a preferência pela temática da avaliação, que ao ser utilizada com livre arbítrio, simplesmente decide sobre a vida dos estudantes; por outro lado, o processo de ensino e aprendizagem da Matemática, que é vista como um conhecimento passível de ser adquirido apenas por uma minoria privilegiada (ALMEIDA, 2006). No entanto, durante as reflexões, emerge um conflito que merece ser compreendido: porque na atualidade as avaliações aparentemente continuam com o mesmo objetivo, classificar em vez de diagnosticar e evidenciar se realmente houve aprendizagem ou não.

Entendemos que para construirmos o conceito de avaliação é necessário compreendermos o processo de ensino e de aprendizagem num determinado momento

histórico, não como ato isolado da realidade do aprendiz, mas, como o direito de pessoas de construírem sua cidadania e realidade pela aquisição de conhecimentos, competências, habilidades e hábitos socialmente consolidados e necessários à sobrevivência autônoma do indivíduo na coletividade.

Para elucidarmos essas questões, os fundamentos teóricos dos capítulos da dissertação em construção serão alicerçados em pesquisadores que tem escrito sobre a Avaliação e a História da Educação Matemática no cenário da educação brasileira.

Estudiosos como Depresbiteris (1989) destacam que historicamente a avaliação como processo de classificação e seleção teve suas origens na China há cerca do ano 2.205 a.C. Luckesi (2011) também afirma que as práticas avaliativas de exames, tais como são hoje, remontam a um período aproximado de 500 (quinhentos) anos. Ou seja, métodos de avaliação eram utilizados muito antes da era Cristã, utilizados inicialmente na China, e que permanecem com os mesmos objetivos e *modus operandi* aplicados atualmente nas escolas.

Notadamente a concepção que predomina nas escolas hoje, é de manutenção da avaliação como forma de classificação por meio de provas e notas, mesmo que muitas vezes o ônus pelo fracasso seja debitado exclusivamente ao aluno. Chega a ser surpreendente o sistema dos exames, que em verdade, atribuem aos alunos os mais variados sentimentos, levando-os não ao objetivo maior de aprender no momento de avaliação, mas sim, a buscarem uma “nota para passar na disciplina”.

Ainda segundo Luckesi (2011), a prática da avaliação tal como ela ainda hoje se manifesta nas escolas, através de provas e exames, tem sua origem na escola moderna e sistematizou-se a partir do século XVI e XVII com a cristalização da burguesia, com o modelo de prática educativa da sociedade à qual serve.

O autor ainda destaca que a pedagogia jesuítica e comeniana são as sistematizadoras de uma prática de avaliação que dá atenção especial ao ritual de provas e exames. Certamente, herdamos dessa época esse modo de agir, que se caracterizou pela exclusão e marginalização de grande parte dos membros da sociedade.

Para servir à cultura vigente e contexto histórico da época, a prática avaliativa evidencia ser autoritária, seletiva e rancorosa, o professor e o aluno se colocam em posição

antagônicas diante de provas e exames como se fossem inimigos, conforme destaca Luckesi:

Eram solenes essas ocasiões, seja pela constituição das bancas examinadoras e procedimentos de exames, seja pela comunicação pública dos resultados, seja pela emulação ou pelo vitupério daí decorrentes (2011, p. 22).

Luckesi (2011), afirma que somente em 1930 que a avaliação da aprendizagem começa a ser debatida por Ralph Tyler, sendo que, a partir de então, iniciou-se a ideia de que a avaliação deveria ser compreendida e necessitava de uma atenção especial por parte dos professores avaliadores.

Almeida (2006), nos seus estudos destaca que essas concepções sobre avaliação surgiram desde os tempos mais remotos e perduram nos dias atuais, acreditando-se ainda, que as provas e os exames devem ser realizados conforme o interesse do professor ou do sistema de ensino.

De acordo com a autora, na maioria das vezes não se leva em consideração o que foi ensinado, e as notas são operadas como se nada tivessem a ver com a aprendizagem. No que se refere à aprovação ou a reprovação, as médias obtidas são mais fortes do que a relação professor-aluno. Mais que isso, as notas se tornam à divindade adorada tanto pelo professor como pelos alunos. É a nota que domina tudo, em função dela que se vive a prática escolar (ALMEIDA, 2006, p.41).

Entretanto, durante o processo de busca das fontes, localizamos os exames que foram aplicados aos professores normalistas da década de 60 que eram submetidos aos mesmos métodos de avaliação, com objetivo principal de classificação e “averiguação” dos conhecimentos agregados pelo candidato a ministrar aulas para o ensino primário.

Os exames de admissão para professores revelam o modo como a disciplina da Matemática era tratada no ano de 1968, sendo que, dentre as fontes históricas iniciais já inventariadas, depreende-se que a disciplina ainda era denominada por “Aritmética”.

Vejamos a imagem, da disposição das questões e respostas do exame admissional aplicado no ano de 1968:

Nº PARA IDENTIFICAÇÃO

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA
COLEGIO ESTADUAL DE MATO GROSSO

EXAME ESPECIAL DE ADMISSAO

Lucy Alcântara Mascarenhas
(Nome do candidato por extenso)

Riço da Casca
(Estabelecimento onde leciona)

Cuiabá
(Local) (Município)

Resultado Geral

PORTUGUÊS	<u>5.0</u>	MATEMÁTICA	<u>6.0</u>
GEOGRAFIA	<u>4.0</u>	HISTÓRIA	<u>7.0</u>
CIÊNCIAS	<u>2.0</u>	MÉDIA FINAL	<u>4.0</u>

Figura 1 – Capa do Exame Especial de Admissão para Professores Leigos, 1968.
Fonte Arquivo do Colégio Estadual Liceu Cuiabano.

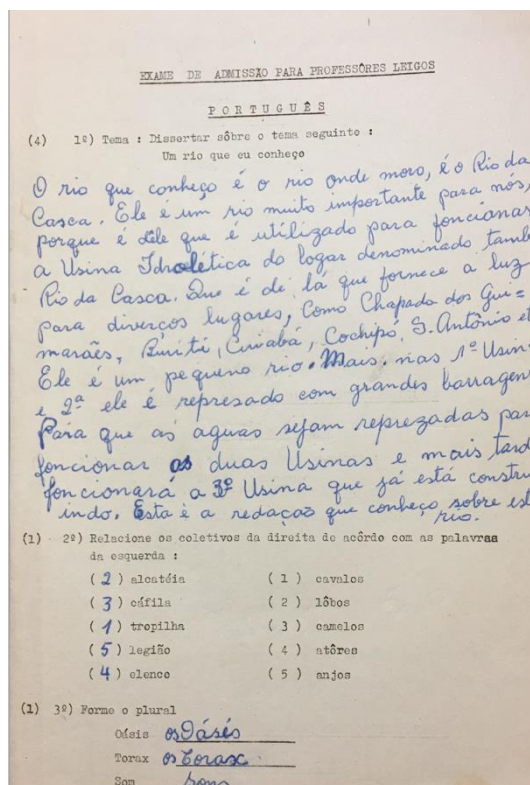


Figura 2 – Disciplina de Português - Exame Especial de Admissão para Professores Leigos, 1968.
Fonte Arquivo do Colégio Estadual Liceu Cuiabano.

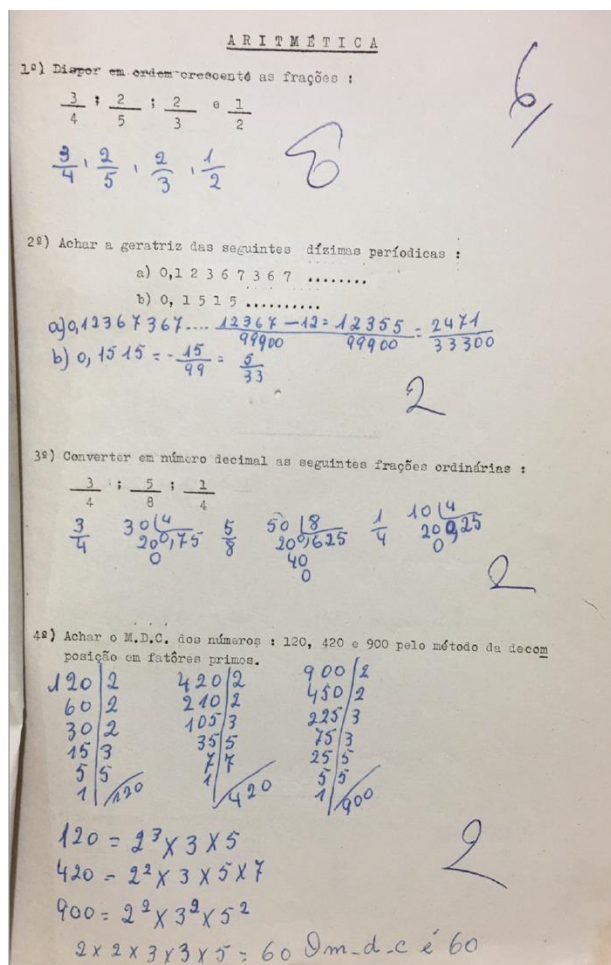


Figura 3 – Disciplina de Aritmética - Exame Especial de Admissão para Professores Leigos, 1968. Fonte Arquivo do Colégio Estadual Liceu Cuiabano.

O instrumento aplicado aos candidatos à vaga para assumir o cargo de Professor Leigo da escola primária destacam as disciplinas de Português, Ciências, Matemática, História e Geografia. Como podemos observar, a prova na década de 1960 era datilografada e trazia as disciplinas destacadas na capa, apresentando notas individuais. Fizemos um recorte da prova de Português e Aritmética por ser extensa, porém, nosso intento é focarmos nos conteúdos específicos de Aritmética. Nos enunciados das questões é possível perceber o núcleo programático que era contemplado pela escola primária da época, evidenciando a preocupação em verificar se o candidato possuía habilidades para resolver situações de cálculo. As questões denunciam a supervalorização dos cálculos das operações racionais: as frações e dízimas periódicas, envolvendo operações matemáticas com números inteiros e decimais. Outro aspecto a ser considerado é o fato dos enunciados

das questões não apresentar nenhuma explicação ou orientação pedagógica para o candidato na resolução das atividades, referindo-se apenas aos problemas de aplicação com o uso de relações aritméticas.

O mesmo instrumento avaliativo (exame de admissão para professores leigos) foi igualmente aplicado com outra candidata no estabelecimento de ensino, localizado no distrito de Santa Elvira, na cidade de Jaciara/MT, no ano de 1968, onde se observa a mesma sistemática e organização da avaliação.

O modo de elaboração e avaliação do exame de admissão em análise, em verdade, demonstra indícios de que não se constituía em um instrumento pleno de aferição de conhecimento das professoras leigas, mas sim, objetivava averiguar se as futuras professoras “decoraram” as regras de Aritmética (matemática), indicando apenas que seriam meras reprodutoras de cálculos aritméticos.

Com o objetivo de visualizarmos a classificação dos candidatos que realizaram o exame de admissão de professores leigos destacamos na figura 4, a Ata geral do resultado do exame especial de admissão realizado em 1968, onde comprovam o ano da aplicação dos exames aos professores leigos, bem como a classificação dos candidatos que realizaram o certame em debate:

COLÉGIO ESTADUAL DE MATO GROSSO
GUIABÁ MATO GROSSO

ATA GERAL DE EXAME ESPECIAL DE ADMISSÃO AO GIMÁSIO, realizada na Época de 1968.

Em dia 7 de mês de fevereiro de mil novecentos e sessenta e oito nesta cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, foram os membros da Comissão Examinadora, constituída pelos Srs. Professores: José Pedroso de Barros, José Viegas / Lendon, Maria Severina dos Santos, Evaldo Duarte de Barros, Milton Sabo de Oliveira, realizaram-se os exames de admissão à 1ª série Ginasial, cujos resultados constam do quadro abaixo:

NUMERO DO CANDIDATO	PORTUGUÊS	MATEMÁTICA	CÊNCIAS	HISTÓRIA	GEOGRAFIA	TOTAL
1 - Ana Braga de Almeida	6,0	5,0	7,0	8,0	7,0	6,0
2 - Adélia Proença da Silva	7,0	7,0	10,0	10,0	9,0	8,0
3 - Adventina Justina da Silva	8,0	6,0	8,0	8,0	8,0	7,0
4 - Azenilda Silva Santos	5,0	8,0	9,0	6,0	9,0	7,0
5 - Alzira da Silva Santos	6,0	8,0	9,0	8,0	7,0	7,0
6 - Antonia Teixeira Mendonça	5,0	7,0	8,0	8,0	6,0	6,0
7 - Ana Maria B. de Oliveira	5,0	4,0	8,0	6,0	7,0	6,0
8 - Alice Lopes Teixeira	5,0	10,0	7,0	9,0	8,0	7,0
9 - Adiles Lucas da Silva	5,0	5,0	9,0	8,0	5,0	6,0
10 - Azenil T. Arruda Beaventura	6,0	7,5	8,0	9,0	8,0	7,7
11 - Alice Pereira da Silva	7,0	6,0	6,0	9,0	7,0	6,0
12 - Benedita Borentes G. da Silva	5,0	8,0	9,0	10,0	9,0	7,0
13 - Babilá de Oliveira	7,0	8,0	9,0	6,0	8,0	7,0
14 - Cleonice Rodrigues da Silva	6,0	9,0	8,0	8,0	7,0	6,0
15 - Claudionor Ramos dos Santos	5,0	7,0	8,0	10,0	6,0	6,0
16 - Cleoer Calixto de Sousa	5,0	7,0	10,0	10,0	6,0	7,0
17 - Deonidia da Conceição	5,0	8,0	8,0	8,0	6,0	6,0
18 - Dilia Martins de Queiroz	5,0	7,0	9,0	9,0	6,0	6,0
19 - Deodato Calixto de Moraes	5,0	10,0	6,0	9,0	7,0	6,0
20 - Dulceinã Casco Barbosa	6,0	8,0	7,0	9,0	8,0	7,0
21 - Dely M. Vieira Barros	7,0	9,0	10,0	7,0	8,0	7,0
22 - Dulce Soares Magalhães	6,0	8,0	9,0	8,0	8,0	7,0
23 - Eraldo Rodrigues Paiva	6,0	7,0	8,0	9,0	8,0	7,0
24 - Edith Ana da Conceição	8,0	8,0	9,0	7,0	8,0	8,0
25 - Edivan da Silva Matos	6,0	7,5	9,0	10,0	8,0	8,0
26 - Erenita Araújo Matos	5,0	4,0	9,0	9,0	6,0	5,0
27 - Eleonai de Campos Ruano	6,0	9,0	10,0	9,0	7,0	7,0
28 - Ercilides da Silva Fortes	7,0	7,5	9,0	9,0	8,0	8,1
29 - Eulides Gonçalves da Costa	5,0	6,5	8,0	8,0	7,0	6,5
30 - Francisca Cozer Rosa	5,0	6,0	8,0	9,0	7,0	7,0
31 - Francisca de Sousa MATA	6,0	8,0	7,0	8,0	7,0	7,0
32 - Geny Miranda Lopes	5,0	10,0	10,0	10,0	6,0	6,0
33 - Hilda Alves de Oliveira	6,0	8,0	9,0	10,0	6,0	7,0
34 - Heloisa Siqueira Corrêa	8,0	8,0	7,0	10,0	8,0	8,0
35 - Iracy Nunes Santos	6,0	7,5	9,0	7,0	7,0	7,3
36 - Isabel Alves Teixeira	5,0	8,0	9,0	8,0	6,0	7,0
37 - Irene Garcia Sobalho	5,0	6,5	7,0	6,0	9,0	5,8
38 - Ilda da Silva Martins	5,0	5,0	8,0	9,0	3,0	6,0
39 - Iracy dos Santos Pinheiro	7,0	8,0	10,0	8,0	8,0	8,0
40 - José Pereira dos Santos	5,0	5,0	8,0	8,0	7,0	6,0
41 - Jacinta de Almeida Miranda	5,0	5,0	7,0	9,0	4,0	6,0
42 - Janete Bastião de Moraes	5,0	5,5	10,0	8,0	3,0	6,3
43 - Joana Francisca Moreira	5,0	4,0	8,0	10,0	8,0	7,0
44 - Josefa Clara Fernandes	5,0	3,0	7,0	8,0	5,0	5,0
45 - Josefa Cortez Pereira	5,0	4,0	10,0	7,0	5,0	6,0

Figura 4 – Ata Geral de Exame Especial de Admissão, 1968.
 Fonte: Arquivo do Colégio Estadual Liceu Cuiabano.

A Ata geral do exame especial de admissão, datada de 1968, destaca a quantidade de quarenta e cinco candidatos que se submeteram aos exames para professores leigos, e em especial, destacando a nota dos resultados obtidos, apresentando por disciplina a nota individual de cada candidato.

Pode-se observar na imagem que a grande maioria dos candidatos obteve a nota 5,0 (cinco) no que se refere à disciplina de Matemática, sendo que apenas um ou outro candidato obteve nota final 10 (dez), evidenciando que os candidatos não corresponderam as expectativas e critérios utilizados pelos membros da comissão avaliadora.

Os exames admissionais aplicados aos professores leigos eram avaliações destinadas aos candidatos que iriam exercer a docência no ensino primário, e, caso fossem aprovados, iriam assumir uma função de extrema relevância no que concerne a reprodução

dos conhecimento obtidos, e em especial, o modo de avaliação ao qual foram submetidos nos tempos de outrora.

No caso do exame de admissão para professores leigos, as provas eram instrumentos legais que garantiam o acesso ou não dos candidatos à escola primária, portanto, um mecanismo seletivo e classificatório oficializado pela política educacional vigente da época.

Nas palavras de Luckesi (2011), o objetivo classificatório retira da avaliação a sua verdadeira essência, qual seja: a tomada de decisão quanto à ação, quando o sujeito está avaliando uma ação, gerando assim, meros reprodutores de conhecimento sistematizado e fechado.

A avaliação, desde os períodos remotos, perdeu sua efetividade diagnóstica, passando assim para o caráter absoluto de meramente classificar professores leigos e alunos em “bons ou ruins”. Todavia, seu uso com a função classificatória persiste até hoje e continua determinando a seleção social e a exclusão de muitos alunos do sistema escolar. Apesar das mudanças na legislação educacional, ainda encontramos na escola as mesmas formas de se avaliar. Diante dessa inquietação elegemos a seguinte questão: Como os professores do ensino primário elaboravam os instrumentos de avaliação e como os alunos se preparavam para o dia das avaliações?

Neste sentido buscando compreender como a avaliação ocorre no contexto escolar dos tempos de outrora e qual função desempenha é que nos propomos fazer um estudo na vertente histórico cultural com o objetivo de analisar como os professores elaboravam as provas de matemática para os primeiros anos iniciais de escolarização e qual o rito de preparação para as provas adotado pelos professores leigos e alunos.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

A pesquisa será desenvolvida na perspectiva histórico-cultural, abordará os conceitos de Operação historiográfica (Certeau, 1982), Apropriação (Chartier, 1990), Disciplina escolar (Chervel, 1990), Cultura escolar (Julia, 2001), Documento/monumento (Le Goff, 2003), Avaliação da Aprendizagem (Luckesi, 2011 e Almeida, 2006) e História da Educação Matemática (Valente, 2003-2008).

As fontes da pesquisa em desenvolvimento, como também do presente artigo são constituídas com documentos oficiais e escolares, relativos à disciplina de Matemática que marcaram a história do ensino de matemática nas escolas públicas do Estado de Mato Grosso.

A história da Educação brasileira, em particular da avaliação da aprendizagem escolar, revela a longa trajetória que teve que ser percorrida até os dias atuais. Essa alteração no processo avaliativo, introduzida ao longo dos anos no cotidiano escolar pelas provas e exames admissionais, por certo, provocaram momento de angústia e complexidade. Pelo que se nota na história da legislação brasileira, a todo tempo, circulares e portarias foram elaboradas para tentar controlar os imprevistos dessa modificação no tradicional sistema de exames, realizados por muitos professores de matemática que traziam a marca da impessoalidade nessa disciplina escolar.

Conhecer a trajetória de uma disciplina na perspectiva histórica, conforme os ensinamentos de Julia (2002) requer um olhar minucioso para as finalidades do ensino, dos conteúdos a serem ensinados e suas formas de apropriação pelos professores e alunos. Uma fonte que abrange esse singular movimento de três ângulos é constituída, como afirma o autor, pela produção discente, sejam por meio de diários de classes, registros pessoais ou cadernos escolares, por guardarem vestígios das práticas e normas predominantes nos códigos pedagógicos de um determinado tempo histórico.

Ao pesquisarmos a cultura escolar e as práticas avaliativas de professores que ensinaram Matemática na escola primária em outro tempo histórico que consideramos como fontes relevantes para o presente estudo, as provas, os exames admissionais da disciplina de matemática e os exames admissionais para professores leigos da escola primária.

De acordo com Pinto (2014, p. 131), o primeiro desafio é assumir o ofício de historiador para investigar a história da cultura escolar. O segundo desafio é a escolha de documentos que contenham vestígios da prática cultural. A autora acrescenta que no caso da cultura escolar, documentos que interessam a quem está investigando são “portadores de normas, códigos e condutas escolares”.

Segundo a autora (2014), as práticas de ensino, sob a contemplação da história cultural, é um lugar de excelência cheio de códigos conexos para serem compreendidos em

uma história das disciplinas escolares. Porém a história das práticas culturais é a mais complexa de reconstruir, como ressalta Julia (2001). Parafraseando Julia, os estudos de Pinto (2014), evidenciam que reconstruir a história das disciplinas escolares, não é uma tarefa fácil. Segundo a autora:

São práticas que não deixam traços. Entretanto, reconhecendo a restrição da localização das produções escolares, o historiador recomenda “fazer flecha com qualquer graveto”, recomendando analisar diversos materiais, sejam anais escolares, de alunos e professores, sejam os que estejam em livros didáticos, fontes que poderão ser comparadas com reformas educacionais e programas prescritos para o ensino, no intento de produzir história de uma disciplina, advertindo que os textos normativos sempre precisam nos remeter às práticas (2014, p. 131)

Como produção material de uma cultura escolar, as fontes serão constituídas com documentos oficiais e escolares, relativos à disciplina Matemática que marcaram a história do ensino de matemática nas escolas públicas de Mato Grosso. Os instrumentos constituem preciosas fontes informativas para a compreensão não apenas dos conteúdos que foram prescritos para um determinado momento da educação brasileira, mas para compreendermos as transformações que ocorreram ao longo dos anos.

A relevância da metodologia de natureza histórico-cultural, não coloca como partes distintas as dimensões que envolvem a pesquisa, isto é, a teoria e a prática, os saberes formais e os saberes cotidianos; o modelo social e a realidade escolar; os dados relevantes e irrelevantes, cientificamente; os observadores e observados; o conteúdo e a forma, entre outros. Ao contrário, ao trabalharmos nesta perspectiva, mergulhamos na riqueza vivida no interior da cultura escolar, nas ações concretas de professores e alunos, para tentarmos entender e explicar as situações de ensino-aprendizagem articuladas no passado, analisando, na medida do possível, a infinidade de elementos que as caracterizavam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste estudo nos propomos traçar algumas ideias iniciais acerca dos instrumentos de avaliação aplicados aos professores leigos que atuavam na escola primária na década de 60 nas escolas do Estado de Mato Grosso.

Pode-se observar por meio das fontes documentais apresentadas neste artigo, que as avaliações traziam poucas orientações didático pedagógica aos candidatos, limitando-se apenas e tão somente a questões de Aritmética, que exigiam do candidato longos cálculos matemáticos.

Ancorada nos aportes teóricos dos autores acerca da avaliação, pudemos conceber a concepção de avaliação presente na prática avaliativa e compreendemos que os instrumentos avaliativos eram considerados rígidos e parecem desprovidos de significados para os fins os quais eram destinados, selecionar os professores para o exercício do magistério.

A Ata geral do exame especial de admissão apresenta as notas obtidas pelos candidatos, evidenciando a rigidez dos conteúdos e os critérios de correção dos membros da comissão e, por conseguinte, as notas baixas e as classificações.

No entanto, ao analisar as fontes documentais pudemos conhecer e compreender as práticas avaliativas do período histórico delimitado, em especial, os exames admissionais aplicados aos professores leigos, que de fato demonstram os rituais adotados, no que se refere à aplicação dos exames (os enunciados das questões, modo de elaboração das provas e respostas esperadas dos candidatos). As questões utilizadas no exame parecem requerer do candidato, o extremo rigor e precisão dos resultados avaliativos, tendo como consequência a concessão de notas baixas, deixando claro, a presença de uma concepção de uma avaliação tradicional, excludente e seletiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Laura I. M. V. de. Concepções de Professores em Avaliação e Educação Matemática: encontros e desencontros. **Dissertação** (Mestrado em Educação) /UFMT, 2006.

CHARTIER, Roger. A História Cultural: entre práticas e representações. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

- CERTEAU, M. A escrita da história. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 1982.
- CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. Porto Alegre, Pannonica, Teoria e Educação, 1990, p. 177-229.
- DEPREBITERIS, Lea. O desafio da avaliação da aprendizagem: dos fundamentos e uma proposta inovadora. São Paulo: EPU, 1989.
- JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. Revista Brasileira de História da Educação. Campinas, n.1, jan/jun.2001, p.9-43.
- JULIA, D. Disciplinas escolares: objetivos, ensino e apropriação. In: LOPES, A. C.; MACEDO, E. Disciplinas e integração curricular: história e políticas. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 37-71.
- LE GOFF, J. História e Memória. 2.ed. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2003.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. São Paulo: Cortez, 2011.
- PINTO, Neuza Bertoni. Revista Diálogo Educacional, Curitiba, v. 14, n. 41, p. 125-142, jan./abr. 2014.
- VALENTE, W. R. (org.) Avaliação em Matemática: História e Perspectivas Atuais. Campinas, SP: Papirus. 2008.
- _____, W.R. Uma história da matemática escolar no Brasil, 1730-1930. São Paulo: Editora Annablume/FAPESP, 2a. ed 2007.
- _____, W. R. No tempo das provas orais: subsídios para a história da educação matemática no Brasil. Anais da XI CIAEM. Blumenau/SC: FURB, 2003.